

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Martônio Mont'Alverne Barreto Lima
Natércia Sampaio Siqueira

DE VOLTA À MONTANHA MÁGICA: O
PENSAMENTO, O TEMPO E O AMOR EM
TEMPOS DE CRISE

LIMA, Martônio Mont'Alverne Barreto
SIQUEIRA, Natércia Sampaio
DE VOLTA À MONTANHA MÁGICA: O PENSAMENTO, O
TEMPO E O AMOR EM TEMPOS DE CRISE
R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 183(489): 235-264, mai/ago. 2022

Rio de Janeiro
mai/ago. 2022

DE VOLTA À MONTANHA MÁGICA: O PENSAMENTO, O TEMPO E O AMOR EM TEMPOS DE CRISE

BACK TO THE MAGIC MOUNTAIN: THOUGHT, TIME AND LOVE IN TIMES OF CRISIS

MARTÔNIO MONT¹ ALVERNE BARRETO LIMA¹
NATÉRCIA SAMPAIO SIQUEIRA²

Resumo:

Este é um texto que procura destacar o preciso sentido da atualidade de um dos mais relevantes escritores do conturbado século XX. Com sua obra “A montanha mágica”, Thomas Mann revela os dramas da sociedade alemã, que, na verdade, espelha as tragédias latentes na Europa, que desencadearam na Primeira e, mais tarde, na Segunda Guerra Mundial. A centralidade da ciência e da cultura alemãs se explica por sua proeminência econômica e tecnológica no começo do século XX. Se o desenvolvimento, em níveis até então não vistos, foi capaz de proporcionar melhorias de vida, não se mostrou, entretanto, eficiente para eliminar as disputas humanas, marcadas por sangrentos conflitos. No limite existencial, os dramas não são menores. A descrição de mudança de vida de um personagem, a obrigatoriedade do conflito de ideias instalada por meio da convivência de mentes oriundas de experiências distintas e a dualidade das ideias apresentadas ganham força em narrativa única, neste romance de início de século. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, realizada no campo teórico, com abordagem qualitativa. O artigo propõe uma análise destes conflitos, no registro pessoal dos personagens, mas que encerra um diálogo com a realidade subjacente e dela não se desvincula. Conclui-se, em sede de resultados, que a compreensão de Mann vai além da sua época, mantendo-se atual em pleno século XXI.

Palavras-chave: Thomas Mann; ideologia; personalidade; práticas discursivas.

Abstract:

The paper seeks to highlight the precise sense of timeliness of one of the most relevant writers of the troubled 20th century. With his work “The Magic Mountain”, Thomas Mann reveals the ordeals of German society, which, in fact, mirrors the latent tragedies in Europe that triggered the First and, later, the Second World War. The leading role of German science and culture is explained by its economic and technological high standards at the beginning of the 20th century. If development at levels not seen before was able to provide improvements in life, it was not efficient in resolving human disputes marked by bloody conflicts. At the existential level, the ordeals were no less challenging. The description of a character's change of life, the never-ending conflict of ideas arising from the coexistence of minds with distinct experiences, and the duality of ideas explored unfold in a unique narrative in this novel from the beginning of the century. This is a bibliographical and documentary research carried out in the theoretical field with a qualitative approach. We propose an analysis of the personal conflicts of each character, aligned with the underlying reality and connected to it. We conclude that Mann's impact and understanding of the human condition goes beyond his time and is still meaningful in the 21st century.

Keywords: Thomas Mann; ideology; personality; discursive practices.

1 – Universidade de Fortaleza. E-mail: barreto@unifor.br.

2 – Universidade de Fortaleza. E-mail: naterciasiqueira@yahoo.com.br.

Introdução

A era de hoje apresenta semelhanças interessantes com a da virada do século XX: expressiva desigualdade socioeconômica, instabilidade institucional, crise, disputas ideológicas, teorias de conspiração, populismo e guerras. Um caldeirão social que gera a crença de que se está em um novo contexto, a exigir mudanças estruturais. De um lado, a reivindicação por mudança se mobiliza por um saudosismo idealizado do autoritarismo; de outro, pela crença de que se deve chegar a novas respostas institucionais. Em ambos os casos, há dúvida quanto à viabilidade da experiência democrática liberal no cenário ocidental.

O semelhante contexto, por sua vez, gesta estruturas semelhantes de respostas: o acirramento ideológico e o reinvestimento em um discurso político estético – o resgate da personalidade política. Diante disso, propõe-se, por meio deste artigo, analisar as características dos discursos ideológico e estético, a partir da obra de Thomas Mann intitulada “A montanha mágica”, que trata deste mesmo objeto, no contexto de um século atrás. Isso se justifica, precisamente, em razão das semelhanças que invulgarmente vinculam a referida época aos acontecimentos considerados atuais, no século XXI.

Para tanto, se justifica a opção metodológica feita no presente artigo, inspirada em lição de Nussbaum³, que consiste em um diálogo da realidade com a literatura, com destaque para a obra literária de Thomas Mann. Logo, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, realizada no campo teórico, com abordagem qualitativa, de caráter interdisciplinar. Posteriormente, se identificam as diferentes narrativas ideológicas que constam de “A montanha mágica”, com ênfase não apenas no seu conteúdo, mas na relação recíproca de afetação entre a pessoa e o argumento. Na sequência, o artigo avança pela “personalidade”, uma figura discursiva importante na obra literária em destaque.

3 – NUSSBAUM, Martha. *A fragilidade do mal*: fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega. Tradução de Ana Aguiar Cotrim. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

Ao final, avalia-se o papel da eficácia discursiva da ideologia e da personalidade para se chegar a uma adequada composição de interesses e, mais especificamente, para se experimentar a justiça. Neste momento, ganha espaço a análise do final do livro “A montanha mágica”, que não se escusa a trazer uma conclusão sobre o assunto.

1. Breve parênteses introdutórios: por que Thomas Mann?

Uma observação essencial ao início do desenvolvimento do presente artigo é a similitude do contexto atual com o que marca o fim do século XIX e o começo do século XX. Economicamente, a desigualdade volta a ter índices similares ao período anterior à quebra da bolsa de Nova York, após ter sido reduzida no pós-guerra. Thomas Piketty⁴ atribui este fato ao recuo da tributação no exercício da função redistributiva de riqueza.

Nas relações sociais, também se apresentam similitudes. De início, o anseio pela originalidade: tanto no presente, como no final do século XIX e no início do século XX, o descrédito nas tradicionais instituições e a busca de alternativas parecem indicar uma nova era, que testa os parâmetros pelos quais foram construídas as anteriores. Entre o final do século XIX e o começo do séc. XX, importantes países, posteriormente tomados pelo fascismo e nazismo, como a “Alemanha e a Áustria fizeram abruptamente a passagem para a soberania parlamentar avançada e o sufrágio adulto pleno, como a Espanha de 1931”.⁵

Contudo, esta mudança se dá sem que se tenha suplantado o princípio monárquico, e a despeito de ainda não haver sido estabelecida a civilidade de uma democracia econômica, especialmente nos setores médios, no caso da Alemanha. Eram estes setores que detinham “adoração aos fortes”, e “ódio aos fracos”, uma “estreiteza, mesquinhez, hostilidade, frugalidade até a avareza (tanto com sentimentos como com dinheiro), e especialmente sua austeridade, seu ascetismo”. O conceito de mun-

4 – PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Tradução de Mônica Baumgarten de Bolle. 1ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

5 – MANN, Michael. *Fascistas*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 107.

do era “estreito, suspeitava e odiava estranhos, invejava seus próprios conhecidos”⁶.

Michael Mann⁷ aponta a institucionalização da democracia desacompanhada da cultura democrática como uma das explicações para a presença do fascismo em determinados países, e em outros não. Nos dias contemporâneos, a originalidade se revela na dúvida quanto à sustentabilidade da democracia. Assim, e diante do acirramento discursivo que surge com o atentado de 11 de setembro de 2001, e que se avoluma com a crise imobiliária de 2008, importa compreender os limites da tolerância democrática frente ao discurso antidemocrático de algumas personalidades políticas.

No centro do debate está a sobrevivência da democracia e as possíveis alternativas a ela, ou nela. Esta dúvida sobre o regime de governo é alimentada, tanto nos dias de hoje como no período que antecedeu os grandes conflitos bélicos do século XX, pela propagação de teorias do complô: “tra quell’epoca e la nostra esistono molti parallelismi”, escreve David Runciman⁸.

Se nas primeiras décadas do séc. XX, “os jornais de circulação de massa exageravam a ameaça para atrair leitores, dando um tratamento sensacionalista à violência e à anarquia”⁹, nos dias atuais, a difusão das teorias do complô prescinde dos meios de comunicação e se alimenta do contato direto entre o líder e as massas, pelas mídias sociais. Mas, em ambas as épocas, a teoria do complô atua como um entretenimento que se alimenta do medo do novo e da crise.

6 – KÜHNEL, Reinhard. *Faschismustheorien*. Texte zur Faschismustheorien 2 – Ein Leit-faden. Hamburg: Rowohlt Taschenbuch Verlag, 1979, p. 115.

7 – MANN, Michael. *Fascistas*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2008.

8 – RUNCIMAN, David. *Così finisce la democrazia: paradossi, presente e futuro de un’istituzione imperfetta*. Turim: Bollati Boringhieri, 2019, p. 64.

9 – MANN, Michael. *Fascistas*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 179.

Se, por um lado, o novo chega com o peso da ressalva, essa se transforma facilmente em medo nos tempos de crise, que caracterizam não só o início do século XX, marcado por uma crise econômica, humanitária e populacional, decorrente da 1ª guerra mundial, e agravada com o Crash da Bolsa de Nova York; mas também o começo do século XXI, palco de uma crise econômica imobiliária e política estendida pela crise sanitária decorrente da pandemia da COVID-19, que conturbou os ânimos e os afetos sociopolíticos.

A desconfiança na democracia se faz presente tanto na virada do século XX, em sua etapa de instauração; quanto nas primeiras décadas do século XXI, em que se discute sua sustentabilidade. Nestas situações, mais uma semelhança: a desconfiança se transformou em medo no contexto tumultuado de ambas as eras.

A relação entre crise, desamparo e medo fora explorada para explicar o fascismo e tem sido utilizada para analisar o populismo da presente época: assim o fez Martha Nussbaum¹⁰, nos Estados Unidos, e Vladimir Safatle¹¹, no Brasil. É importante conhecer e compreender esta relação, pois o medo, como afeto político relevante, tem sido explorado pela teoria da psicologia humana como matéria prima à teoria do Estado desde Hobbes, e demanda, como antídoto, a promessa da estabilidade.

Um dos mais eficientes instrumentos pelo qual se promete a estabilidade, por sua vez, é a ideologia: “o poder ideológico decorre da necessidade humana de encontrar o significado das coisas, de compartilhar normas, valores e rituais que parecem conferir sentido ao mundo e fortalecer a cooperação social”.¹² Não se estranha, portanto, que as duas épocas tratadas no presente artigo compartilhem o fascínio pela ideologia, o acirramento discursivo e a dificuldade do diálogo. De outra sorte, uma

10 – NUSSBAUM, Martha. *The monarchy of fear*; a philosopher looks at our political crisis. New York: Simon & Schuster, 2018

11 – SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos*: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

12 – MANN, Michael. *Fascistas*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 112.

alternativa à ideologia, que pode ser com ela compatível, é a personalidade: uma nova forma de se pôr no mundo que não é racional, mas elementarmente estética, e que muito foi explorada na política.

As importantes semelhanças entre os dois momentos em análise justificam, portanto, o interesse na análise do material que fora produzido durante e sobre a era que encerra o século XIX e inicia o XX, que é de ordem técnica e artística. Especialmente sobre o material artístico, se ressalva que o registro literário desta época, tanto porque realizado por autores singularmente talentosos, como pela especialidade da linguagem artística, permite um relato importante sobre o que aconteceu na virada do século XX e que deve ser levado em consideração durante os dias atuais.

É importante, em razão da metodologia adotada neste artigo, considerar o valor específico da linguagem artística, que em grau relevante prescinde da virtuosidade do seu autor: ela é singularmente atrativa já que, ao contrário da técnica, não se prende a um dever de coerência e, portanto, não incorre no risco de simplificação que por vezes deixa de lado a complexidade própria e relevante à experiência humana, que faz do homem uma pessoa e lhe permite encontrar valor na sua natureza.

A arte, ao se alimentar, especialmente, dos conflitos, dos impasses, do desassossego e da fragilidade do caráter humano, lega um rico material à compreensão das relações interpessoais e dos afetos. “A montanha mágica” de Mann¹³, por todas estas considerações, apresenta importante densidade científica, ao passo em que pretende compreender a sua época a partir da análise das narrativas nela comuns, contextualizando assim os afetos então vivenciados e experimentados. Nisto, avança pela relação entre a pessoa e o argumento, entre a afetação do homem pelo discurso e, em sentido contrário, do discurso pelo homem, propiciando uma análise mais rica do que a do mero conteúdo discursivo: a experiência humana no discurso.

13 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009.

Na montanha mágica, Thomas Mann descreve o período em que Hans Castorp, um jovem engenheiro, permanece em um sanatório para tuberculosos. O protagonista fora lá visitar o seu primo Joaquim, antigo paciente. Mas tendo chegado ao sanatório, se adapta: na montanha, reencontra o amor, encontra o pensamento, é encontrado pela doença e se encontra. A história de Hans Castorp em “A montanha mágica” é a história do pensamento e do tempo, acolitados pelo amor e pela doença.

2. A história de Hans Castorp

Em sua obra “A montanha mágica”, Thomas Mann adverte quanto à relevância das narrativas, quando esclarece que é

A história de Hans Castorp que nos propomos a contar – não em função dele (já que será com um jovem simples, se bem que simpático, que o leitor irá deparar) mas em função da narrativa que nos parece ter um elevado grau de interesse.¹⁴

Assim, a afetação do homem pelas narrativas é contextualizada na história de Hans Castorp.

Talvez sem se aperceber disso, Rubem Fonseca¹⁵ tenha atribuído ao seu personagem Gustavo Flávio, no livro “Bufo & spallanzani”, o seguinte comentário, sobre o início de “A montanha mágica”:

Pode existir começo mais bobo para um livro do que este, em que o autor admite que Hans, o personagem principal, é um chato e que o autor mesmo assim quer contar a sua história por amor à sua compulsão falastrão.

Já de início, um importante adendo: Mann¹⁶ não reconheceu a chatice de Hans, mas a sua vulgaridade, e a vulgaridade não necessariamente é chata, ao passo que a personalidade bem o pode ser. Entretanto, o que mais importa ressaltar é a intencionalidade não dissimulada do autor de

14 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009, p. 1.

15 – FONSECA, Rubem. *Bufo & spallanzani*. 24ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 183.

16 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009.

optar por um rapaz simples, da burguesia comercial, com as aspirações, os valores e os modos próprios aos rapazes da sua classe social, como protagonista do seu livro. E assim o é não por alguma falta de inspiração do autor, mas porque bem lhe serve este rapaz comum, simpático, sem pretensões e grandes ambições, que fará as vezes da folha em branco, na qual o pensamento e o tempo, os verdadeiros protagonistas da história, deixarão os seus vestígios.

“A montanha mágica” pega emprestado Hans Castorp, sua juventude mansa e insípida, sua vida inocente e sem inspiração, para dar voz ao pensamento e ao tempo e, por vezes, ao amor, que é o coadjuvante perfeito destes dois grandes personagens. E é revelador que Mann¹⁷ escreva o romance sobre o pensamento, o tempo e o amor em uma época na qual a histeria das diferentes narrativas, fatalista e progressista, e o culto à personalidade ameaçavam, precisamente, o pensamento e o amor. A terapêutica: o tempo, acolitado pela doença e pelo recolhimento.

Recolher-se do ritmo normal da vida e das convenções, pelos quais se gravam os parâmetros de significação e de decisões pessoais, é o primeiro e imprescindível movimento para que se realize o pensamento. Hannah Arendt¹⁸ adverte sobre a necessidade de se recolher do mundo em si, para que se possa pensar, desde a cobertura do julgamento de Eichmann. Vítima do totalitarismo alemão, combatido por Mann¹⁹ em sua literatura, os dois prescrevem o mesmo receituário: o esvaziamento das certezas, involuntariamente gravadas nas experiências pessoais pelas significações sociais, através do afastamento do mundo, com a reclusão em si mesmo. A Hans Castorp, o autor concede esta dádiva, ao lhe atribuir a decisão de abandonar temporariamente as suas atividades no litoral, para subir a montanha e lá visitar o seu primo doente, Joaquim.

17 – *Ibid.*

18 – ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

19 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009.

2.1. Castorp: “um herói discreto”

Que tédio deve assaltar um jovem cidadão, ao subir as montanhas. O distanciamento dos bons vinhos, das belas moças casadoiras e da profissão devotada à grandeza da humanidade molestam o jovem, ao penetrar a neblina, no frio, em um lugar onde os senhores são a doença e a morte.

Mas eis que o insignificante herói da história de Thomas Mann²⁰ em “A montanha mágica” se afeiçoa, de forma surpreendente (ou não?) à mágica do tempo da montanha, que se move pelo ponteiro dos segundos e se paralisa ao ponteiro das horas. O tempo teima em não passar na indolência das longas refeições, no calor das mantas de camelo, nos lentos passeios matinais, na difícil escalada do mercúrio pela montanha de vidro. Mas acelera, na retrospectiva do ano sem marcação rítmica, perdido na indistinta replicação cotidiana que faz a transmutação do ano em dia.

Estas maravilhas, acrescidas da urgência da doença e da morte, liberaram o gênio do pequeno herói, o tornaram livre para si. O tédio pelo afastamento de um cotidiano atribulado, fleumático e enérgico, “quer dizer duro, frio”²¹, que tanto aprazia o jovem burguês do final do século XIX e início do século XX, dá lugar ao desconforto do que viva na planície: “[...] é um vento cruel o que sopra lá em baixo, cruel e implacável”²² – Castorp pondera. O novo morador da montanha abandona a técnica enfadonha, “fleumática” e “enérgica” da engenharia, símbolo do progresso de uma época, para se regozijar no destempo do pensamento.

Ao descobrir que o prazer é “genial”, o jovem Castorp vai se deixando deleitar pelo conhecimento fisiológico, pelo debate filosófico, pelo pensamento, pela crítica. Inicia por questionar as boas maneiras, vazias e insignificantes, que trouxe consigo do povo lá de baixo, o que faz ao tentar compreender as vantagens dos modos nada educados de Clawdia, “essa senhora descuidada”, em relação à qual, apesar das maneiras que

20 – *Ibid.*

21 – *Ibid.*, p. 227.

22 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009, p. 227.

lhes eram tão díspares e nada agradáveis, “sentia [...] aquela semelhança que buscara durante tanto tempo, e que um sonho lhe revelara, se voltava a intensificar”.²³ Pela paixão que motiva o amante à mimese do mundo do amado, Hans Castorp passa a experimentar os modos descuidados e negligentes de Clawdia:

Queria saber o que sentiríamos se comêssemos à mesa de costas curvadas e descobriu que era um enorme alívio para os músculos da bacia. Experimentou ainda não fechar cuidadosamente as portas que utilizava, mas deixá-las escorregar da mão, percebendo que também isso era cômodo e apropriado.²⁴

Ao experimentar os modos de Clawdia, Castorp suspeita que o seu desleixo se deve à doença, que a deixa livre dos códigos e das boas maneiras sociais, o que também o leva a deixar de lado os modos cuidadosamente nele inculcados pelo avô e conservados em sua honra. Já não se permitia voltar à vida “fleumática” e “enérgica” lá de baixo, pois seria preciso viver acima da planície “para saber como as coisas devem ser”²⁵, falava um paciente. A mágica da autenticidade, que só uma vida sem propósito ou finalidade pode oferecer, encantara Castorp.

A autenticidade individual se mostra uma conquista tão e mais relevante na sociedade a qual pertencia Castorp, dominada pela cultura dos salões. Pode-se conjecturar que Mann²⁶ tenha se dedicado com tanta delongue e minúcia a momentos aparentemente desimportantes, precisamente, para construir o contraponto à cultura dos salões, como é o caso do jantar entre o avô e o neto e os frívolos rituais por eles compartilhados, a exemplo do exame conjunto de objetos que fizeram parte de solenidades replicadas por gerações. O pertencimento a uma estética familiar moldava a identidade do jovem Hans, que não pretendia mais do que honrar a sua família mediante a replicação de costumes e solenidades familiares e a dedicação à uma profissão que merecesse o nome Castorp.

23 – *Ibid.*, p. 136.

24 – *Ibid.*, p. 262.

25 – *Ibid.*, p. 228.

26 – *Ibid.*

Como profissão adequada para tanto, difícil pensar, naquela época, em outra que não a engenharia, pela qual se prometia a grandeza da humanidade. E, assim, Hans Castorp se tornou um adulto, elegantemente afastado das efusões afetivas, fatidicamente devotado a um modelo de comportamento próprio ao burguês não mais do que suficientemente abastado, e cuja honra, objetividade e dinamismo o incompatibilizavam com as dúvidas e as atribuições próprias a uma vida reflexiva.

A honra à tradição familiar e a permanência do hábito, como necessidades incontestes às quais não se supunha sequer possível o questionamento, respondem pelo ritmo fleumático e enérgico de vida da sociedade burguesa da época. Este automatismo replicante, já se iniciou a referir, era a tônica da sociedade dos salões retratada pelo realismo de Proust, na qual “os sinais de distinção só sendo determinados pelo conjunto dos grupos” demandavam do indivíduo “a capacidade de apresentar, desempenhar, interpretar aquilo que se realmente é”²⁷, não em termos pessoais, por certo, mas como integrante de um grupo.

Sem trazer estes sinais de pertencimento ao grupo, as portas dos salões da boa sociedade se fechavam, talvez como um último esforço de sobrevivência de uma sociedade estratificada cuja distinção se dava pelo pertencimento aos de “sangue azul”. Assim, pelo apego aos hábitos, a vida se replica acriticamente: o esforço em repetir e honrar repele o esforço do pensamento, do julgamento e da crítica. Treina-se a pessoa em habilidades incompatíveis com o questionamento e a reflexão, através de uma moral de caráter material consubstanciada na observância a regras que se impunham pela força do hábito, que dispensavam o pensamento. Uma moralidade que se realizava

como um conjunto de costumes (ou morais), usos e maneiras que poderia ser trocada por outro conjunto sem maior dificuldade do que a enfrentada para mudar as maneiras à mesa de um indivíduo ou um povo.²⁸

27 – ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 107.

28 – *Id. Responsabilidade e Julgamento*. Tradução de Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 113.

Desta forma havia sido treinado Hans Castorp, que assim tentara continuar, até ter sido capturado pelo gênio na montanha.

Já o amor lhe tinha motivado a afrouxar os rígidos costumes de comportamento, na esperança que o amante tem de que, ao adotar os hábitos e os costumes do ser amado, passe a compartilhar com ele uma vida em comum. Essa é uma das mágicas do amor: a mimese que debilita ao amante o autorreferenciamento e o abre para um outro mundo. Mas, para além do amor, o destempo na montanha, assim como o afastamento, nela, do ritmo fleumático, enérgico e frio dos que viviam embaixo, disponibiliza o protagonista para a escuta de belas frases e para o questionamento do porquê de as escutar, se muito do seu conteúdo de princípio o desgostava.

3. O primeiro antagonista: o humanista

Terminou-se o subtópico anterior com a introdução de Settembrini, um dos pacientes da “montanha” que discorre, junto a Hans Castorp, sobre uma moral de vida que encerra uma linguagem importante à época de Mann, não obstante encorpar a estranha e conflitante reunião da técnica ao romantismo alemão. Apresentando-se a Hans Castorp, já de início, como um entusiasta da tecnologia, Settembrini pondera que a espécie humana

avançava por um caminho ascendente feito de luz, um caminho que conduzia a um estado final de simpatia, luminosidade interior, bondade e ventura. O veículo que mais estimulava o avanço por esse caminho era a técnica.²⁹

Entusiasmado, Settembrini profetiza a “confederação geral dos povos sob o signo da razão, da ciência e do direito, trazendo consigo a santa aliança da democracia de todos os povos”.³⁰ A ciência, como expressão da razão, é apresentada como uma linguagem universal pela qual é possível construir a “república universal”, que se indispunha ao nacionalismo sob o domínio das monarquias, arbitrária nas suas decisões e ações.

29 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009, p. 180.

30 – *Ibid.*, p. 182.

Bem ao contexto positivista, que contesta a metafísica frente às ciências, à política e ao direito; a técnica, como expressão da razão, surge como o fundamento primeiro da boa ação: sob este viés, Settembrini concilia a “técnica e moral”.³¹ A boa técnica leva à ética, mesmo em se tratando da escrita: “a beleza do estilo conduz à beleza da ação”, conclui Settembrini, que sentencia: “Escrever bem seria praticamente sinônimo de pensar bem e daí a agir bem a distância era muito curta”.³²

Nesta esteira de considerações, a própria ética dispensa a metafísica pela elegância da gramática, da ortografia e da caligrafia. Aferrada à técnica, que é a linguagem da razão, a humanidade caminha, segundo Settembrini, por uma trilha ascendente de evolução rumo à perfeição, na qual sequer o corpo, a animalidade humana e a natureza seriam obstáculos. Sem dúvida, uma inspiração spinozana, a busca por uma *Ethica ordine geometrico demonstrata*.

Ao entorpecer os sentidos e distrair a inteligência, a música é apresentada como contrária à ética, na condição de obstáculo ao desenvolvimento do homem em todas as suas potencialidades, pela inatividade do prazer. Por esta lógica, o prazer afasta a ética da música. O mesmo se aplica à escrita, pelo prazer que generosamente oferece ao homem. Settembrini questiona, quanto à música, “o que sucede quando entorpece, anestesia e se ergue como barreira à atividade e ao progresso?”.³³ Nesta linha, e para recuperar sua função ética, a música deve se desenvolver ritmicamente, de maneira a cumprir seu propósito científico de marcação do tempo, antes que se venha a explorar sua feição melódica. Os embates musicais não escaparam da atenção de Mann. No seu “Os Buddenbrook”, a recusa do professor de música Edmund Pfühl, em executar *Tristan und Isolde* é peremptória: “Isto não toco, minha senhora [...] é o caos. Isto é demagogia, blasfêmia e loucura! É uma névoa perfumada onde transluzem relâmpagos! Eis o fim de qualquer moral na arte! Não toco”.³⁴

31 – *Ibid.*, p. 180.

32 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009, p. 184.

33 – *Ibid.*, p. 135.

34 – MANN, Thomas. *Os Buddenbrooks*: Decadência de uma família. São Paulo: Com-

Por semelhante motivo, Settembrini condena a ironia, que quando não utilizada como instrumento de oratória, se transforma, segundo ele, em “[...] desmazelo, em obstáculo à civilização, cortejando sordidamente a inércia, o vício, a influência perniciosa”.³⁵ A ironia, sem serventia retórica, seria condescendência para com o desmazelo, para com a doença e a inércia à qual ela convidava, mas não condenaria.

De igual sorte, o italiano condena o paradoxo, que fere o propósito, por ser condescendente para com o contraponto da ação. Para ele, “[...] é a flor venenosa do quietismo, o cintilar do espírito pútrido, o maior desmazelo de todos!”³⁶ Imbuído do positivismo ocidental deslumbrado pela técnica, Settembrini golpeia apaixonadamente – o que não deixa de ser paradoxal, a um homem da ciência – o paradoxo que é a alma da tradicional sabedoria oriental. Ao apaixonado pelo progresso, a ironia e o paradoxo manifestavam a bonomia para com as próprias falhas e o enfraquecimento do propósito; a aceitação da imobilidade; o quedar-se na inutilidade de uma vida sem ação, que na montanha observava o ritmo ditado pela doença, sem objetivo e comprometimento.

Diante deste quadro, aos olhos do apaixonado pelo progresso, o homem se desleixa do seu dever de servir ao desenvolvimento da humanidade, para o qual a ação e a vontade são elementos d’alma essenciais. Settembrini chega ao estranho casamento entre a técnica e o romantismo alemão, próprio do século XIX. Por esta época, segmento relevante da filosofia alemã reivindicava a vontade, e não a razão, como o elemento pelo qual o homem se realizaria e cumpriria a sua dignidade. Universitários alemães “[...] afetados pelas correntes românticas da era, não atribuíam nenhum valor a objetivos como felicidade, segurança ou conhecimento científico, estabilidade política, econômica e até consideravam tais coisas com desdém”.³⁷

panhia das Letras, 2016, p. 457.

35 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009, p. 252.

36 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009, p. 254.

37 – BERLIN, Isaiah. *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*. Tradução

O importante seria a agência pessoal. Neste sentido, Berlin³⁸ descreve o pensamento romântico alemão do século XIX ao afirmar que “[...] a mente não é uma lousa sobre a qual a natureza grava o que lhe agrada: não é um objeto, mas uma atividade que modela seu mundo para reagir a suas demandas éticas [...]”.

A vontade e a ação seriam os elementos da liberdade que deveria ser dedicada ao progresso: ao exercê-las, o ser humano se contrapõe ao determinismo da natureza. Nesta crença da proeminência da vontade, Settembrini, incorre no paradoxo já apontado entre ciência e paixão, subjugando o corpo à vontade: “[...] a doença e o desespero – sentenciou Settembrini – são, não raras as vezes, uma outra manifestação do desmazelo”.³⁹ Referida afirmação não fora compreendida por Hans Castorp, que pondera que poderia até aceitar que a doença resultasse do desmazelo ou levasse ao desmazelo, mas não que fosse o desmazelo.

Entretanto, para Settembrini a doença é o desmazelo, já que revela a realidade de um corpo sem alma: o corpo que se deixa dominar pela natureza, e não pela mente. A condescendência para com o doente, para com o seu corpo cansado e doído, e para com a sua vontade fragilizada é vista por ele como a condescendência para com a imobilidade e a indisciplina da vontade que debilitavam a ética, a se manifestar no dever do progresso, do desenvolvimento, do aperfeiçoamento do homem e da humanidade.

Mas, ao relacionar vontade, ação, progresso e ética, esta visão impede o exercício da empatia para com o doente. Mann⁴⁰ faz esta denúncia mediante fina ironia, ao narrar o descontentamento de um paciente do sanatório, que também se unira a Castorp e a Joaquim na escuta do italiano e do jesuíta, ao ver a sua doença tão menosprezada e desrespeitada pelo “humanista” Settembrini. Já Hans Castorp, embora se quedasse a

de Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 565.

38 – *Ibid.*, p. 574.

39 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009, p. 253.

40 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009.

escutá-lo, o fazia pelo belo estilo retórico do italiano, e não pelo conteúdo de suas ideias que, mais do que desconfiança, geravam no engenheiro o espanto que serviu de matéria prima à elaboração da sua conclusão final.

Ainda que o conteúdo discursivo do italiano, desde o princípio, tenha encontrado resistência no temperamento e nas experiências de Hans Castorp, ele permaneceu a escutá-lo, o que causou espanto a si mesmo. Teria sido o encanto da coerência estética do argumento que o levou a permanecer na escuta de Settembrini? É provável que a advertência quanto ao canto da sereia, próprio à ideologia, seja em parte a explicação ao propósito do engenheiro de continuar a ouvir o humanista. Não se é, no entanto, de todo impossível, também atribuir a Mann⁴¹ a prescrição da escuta, não para a aceitação, mas para a compreensão, como um importante estágio preparatório ao pensamento.

Castorp, enfim, permaneceu a escutar sobre o que dizia Settembrini; mas não se limitou a ouvir. Sujeitou as palavras de Settembrini ao filtro do julgamento, de maneira a chegar a sua própria conclusão: sem o saber, estava a praticar a ética. Isso porque não se pode “[...] ainda afirmar que a conduta moral é algo natural [...]”⁴², atávica ao homem, que sem pensar nem refletir reconheceria, instintivamente, o certo do errado. Antes, o reconhecimento do certo e do errado demanda o pensamento que previne o homem contra as alterações arbitrárias dos parâmetros de julgamento incrustados em uma sociedade e o protege, por conseguinte, do déficit civilizatório.

Ao invés de inata, a ética decorre do pensamento informado pela reciprocidade e coerência, que não se escusa ao julgamento⁴³. De maneira que, se Hans Castorp tinha já alguma inclinação racional e empática que o levava a estranhar e desconfiar do que Settembrini falava, ele precisou, entretanto, da escuta, do pensamento e do julgamento para transformar

41 – *Ibid.*

42 – ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 124.

43 – ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

impressões em razões coerentes, para depurar a fé no que acreditava em razões adequadas para si.

4. O segundo antagonista: o Jesuíta

A oposição ao discurso positivista, amalgamado ao romantismo que apregoava o domínio da natureza pela vontade e ação, se deu na teoria cristã de raízes platônicas, em especial a católica, que se fez conhecer na montanha pelo discurso de Naphta. Ao partir da dualidade entre a metafísica e a realidade, entre uma ordem primeira e perfeita e uma segunda, imperfeita, que deve ser construída à imagem e semelhança da primeira, Naphta sequer atribui ao homem a integral responsabilidade ao homem pela observância à razão divina: para tanto, se estaria a depender, continuamente, da graça divina, da boa vontade do pastor que parte ao resgate da ovelha desgarrada.

Naphta, jesuíta, também é tuberculoso e morador da montanha, e disputa com Settembrini a atenção de Hans Castorp e de Joaquim. Como representante do tradicional discurso católico, opõe a inatividade à ação e ao individualismo burgueses, apregoados por Settembrini: “[...] parece-me bem que a ambição espiritual de encontrar a felicidade na inatividade se encontra divulgada entre toda a humanidade”.⁴⁴ Rejeitando a construção da agência individualista, a percepção de que o “[...] homem ocidental, venham as ‘proposições’ que vierem, rege-se pela razão, pela análise, pela ação e pelo progresso”⁴⁵, Naphta resgata a construção do homem que encontra seu molde originário já na Grécia platônica, como elemento integrante de uma ordem que lhe é superior e atavicamente boa, em relação à qual possui o dever de se adequar, de maneira a se alcançar a perfeição.

A ação humana deveria se limitar à observância, à passividade de aceitar uma ordem que é superior e à conformidade. Assim, no acirramento do discurso católico, a percepção de que a bondade e a maldade humana seriam o resultado da disputa entre Deus e o diabo realiza ao má-

44 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009, p. 424.

45 – *Ibid.*, p. 425.

ximo o determinismo, ao desresponsabilizar o homem pela justiça de seus atos. Lançando mão deste ponto de vista, Settembrini alerta então os dois jovens, Castorp e Joaquim, contra os ensinamentos de Naphta: “[...] era o valor que ele negava, todo o juízo valorativo – até custava dizê-lo. Muito bem, não haveria, portanto, nem bem nem mal, só restaria o universo com a sua desordem moral!”.⁴⁶

Esta passividade perfeccionista, pela qual se realizaria o homem, seria, por sua vez, perfeitamente harmônica e coerente com a autoridade. Rejeitando o frenesi burguês do final do século XIX e começo do século XX, o jesuíta Naphta fala para o seu pequeno auditório que “[...] a nossa época necessita e reclama, e o que acabará de clamar, chama-se terror”.⁴⁷ O terror surge como método pedagógico adequado ao perfeccionismo, cuja logicidade não escapa a Hans Castorp.

Ressuscitando o credo cristão estoicista, que se indispõe à avareza burguesa que levaria o homem ao esquecimento de Deus pelo amor a si, Naphta não se intimida ao lançar mão dos mais virulentos instrumentos pedagógicos para construir a cidade de Deus na Terra: “[...] o terror é a sua missão, em prol da salvação do mundo, em prol da redenção do homem e da sua relação filial com Deus, sem Estado e sem classes sociais”.⁴⁸

Para o jesuíta, o terror não constitui um instrumento de aniquilamento da individualidade. Apenas em se tratando de uma liberdade negativa – a ausência de intervenção, é que se poderia assim considerá-lo. Nesta linha, Naphta compreende que o terror, ao invés de anular a individualidade, a realiza plenamente, já que assegura a conformação do homem à sua natureza prescrita por Deus. Em oposição ao individualismo burguês, seu discurso defende “[...] os contornos de um individualismo cristão fundado na dualidade de Deus e do mundo, procurando demonstrar a sua primazia sobre todo o tipo de moralidade determinada pela política”.⁴⁹

46 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009, p. 521.

47 – *Ibid.*, p. 450.

48 – *Ibid.*, p. 454.

49 – *Ibid.*, p. 454.

Thomas Mann apresenta assim um relevante contraponto entre o individualismo burguês e o individualismo perfeccionista cristão. O discurso do jesuíta se entusiasma ao aviltar os ideais deste individualismo burguês, insípido, contra o qual

[...] bastaria, contudo, que uma única ideia transcendente, em circunstâncias adversas, a de ‘segurança’, que algo de supra-individual, de suprapessoal, estivesse em jogo, para que fosse abandonado por um “ideal superior”.⁵⁰

Aqui se destaca o questionamento quanto ao individualismo burguês (próprio do século XIX e do começo do século XX) ser suficiente à coesão social em momentos de crise. O comunitarismo, que se propagou ao final do segundo conflito bélico mundial deste século respondeu a esta pergunta com uma categórica negação, o que redobrou os esforços dos liberais igualitários na defesa do liberalismo possível nas democracias contemporâneas.

Mann⁵¹ não se descuida de que fora um período singularmente conturbado na história, de maneira a tornar crível esta advertência. Mais: os conflitos desta época, a se darem entre os escombros de um mundo antigo e o esboço de um novo, foram um profícuo gerador de afetos políticos, como o medo, o desamparo e a raiva, que buscaram na ideologia a segurança e estabilidade que seriam pretensamente necessárias para superar esta fase de crises. O tema é presente em Mann: “Mamãe, que é isso? [...] Toda essa gente.... Meu Deus! – gritou a consulesa [...] Oh, grande Deus, sim! É a revolução... a plebe vem vindo...”.⁵²

Ciente desta conturbação própria à sua época, Mann⁵³ cria o diálogo ficcional entre o tradicional discurso católico medieval, herdeiro direto do dualismo platônico, e a agência burguesa, que já encontrava o seu germe

50 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009, p. 518.

51 – *Ibid.*

52 – MANN, Thomas. *Os Buddenbrooks*: Decadência de uma família. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 176.

53 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009.

no homem virtuoso de Maquiavel. Diante do auditório formado por dois jovens, o autor explora a dicotomia própria ao pensamento ocidental, ao opor ao mito do agente o do paciente, cada qual exposto por um discurso do tipo “ouriço”, logicamente encadeado, que sem contato com o diferente e o contingente e, por conseguinte, em perpétuo autorreferenciamento, não se intimida diante das conclusões mais extremadas: o primeiro a defender o terror e o segundo, ao romantizar a vontade, sequer respeitava a doença e a morte. Para Settembrini, lembra-se, os moribundos do sanatório não seriam mais do que uma “gentália completamente ridícula e desconsolada”.⁵⁴

Pelo discurso do padre, segundo o qual a ação pertence a Deus, e ao homem cabe a contemplação e a observância, chega-se à desresponsabilização humana, à abdicação da coerência pela aceitação do dualismo, à inércia que descansa no fatalismo místico. Já pelo discurso do “humanista”, de acordo com o qual a ação pertence ao homem e a vontade verga a natureza, ao limite de a racionalidade dominar a animalidade humana, se chega à completa responsabilização do homem, ao dever de coerência que não cede aos contrários e que não se curva ao contraponto, mas que ascende contínua e triunfalmente ao aperfeiçoamento e ao progresso humano.

Ocorre que estes dois discursos aparentam ter diferenças não apenas de conteúdo, como também de estrutura: um investia no monismo e na ascendência; o outro, no dualismo e na recorrência. Em contrapartida, apresentam semelhanças estruturais: o embevecimento pelo argumento, a passionalidade, o autorreferenciamento e a perda de contato com o contingente, o que gera contradições e supressão da personalidade ao outro. Destes dois defeitos, se atentou Hans Castorp.

O jovem engenheiro mostra-se intrigado com o fato de Naphta apregoar, com tamanha certeza, o terror, se ele desacreditava a ciência. Ora, ao considerar que “o próprio conceito da demonstração já contém, quan-

54 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009, p. 506.

do considerado sob o ponto de vista psicológico, uma forte carga voluntarista”, a verdade, enfim, “seria o que fosse útil ao homem”.⁵⁵ Ao assim pontuar a parcialidade da verdade, como se poderia, logicamente, assegurar com tanto rigor o dualismo pelo qual o homem se deveria vergar à verdade que lhe era superior, mesmo que com o auxílio do terror?

Por outro lado, já de início, Castorp verifica uma certa incompatibilidade entre o discurso proferido por Settembrini, centrado na técnica e na ciência, e a paixão com a qual o pronunciava. A rápida aceitação da guerra fronteiriça, por Settembrini, motivada pelo afeto discriminatório contra o povo do oriente, é um exemplo de arbitrária exceção à teoria da república universal por ele defendida. Assim, a contradição entre paixão e racionalidade gera a cobrança da coerência do próprio discurso, por ele proferido.

Por outro lado, a incoerência surge, paradoxalmente, como preço do encadeamento unilateral de uma única ordem de ideias que fecha os olhos ao contingente e à realidade; que perde a empatia com o outro e o momento. Os discursos de Settembrini e de Naphta são contaminados pela incoerência, pois ao se cegarem no “aqui e agora” e às suas peculiaridades relevantes, tornam-se arbitrários ao se pretenderem invariavelmente válidos, mesmo quando não mais subsistem as suas razões.

Aristóteles já falava da necessária adaptação da lei ao contingente desde o século IV antes de Cristo, quando da teorização da justiça equitativa, fundamental à coerência do discurso. Neste sentido, é o contínuo esforço da adequação do discurso às peculiaridades do momento, que fogem às condições normais de temperatura e pressão, que viabilizam a preservação da finalidade ou da razão do argumento.

Mas a ausência de contato com a realidade carrega uma insensibilidade mais grave do que a com as peculiaridades do momento, a com o outro que se experimenta pelo desamor: “As disputas que travam e a rivalidade que cultivam são, elas mesmas, um mero guazzabuglio e um

55 – *Ibid.*, p. 447.

tumulto confuso de combate, incapazes de ensurdecer quem pensa por sua própria cabeça e conserva alguma piedade no coração”⁵⁶, pondera Castorp. Antecipando-se às conclusões a que Hannah Arendt⁵⁷ chega, ao associar a ética com o pensamento, Thomas Mann⁵⁸ pontua que quem pensa não se deixa ensurdecer pela harmonia da lógica. É o próprio Settembrini quem adverte os rapazes quanto ao seu oponente, no sentido de “[...] que na forma, ele encarna a lógica, mas na essência é confusão”.⁵⁹

O pensamento não se limita à lógica, pondera Thomas Mann:⁶⁰ demanda uma complexa atividade de julgamento para a qual não é determinante, ao contrário do que se poderia supor, e “[...] uma inteligência altamente desenvolvida ou uma sofisticação em questões morais, mas antes a disposição para viver explicitamente consigo mesmo”.⁶¹ Mais até do que “explicitamente”, se pode dizer sinceramente.

Hannah Arendt⁶² relata que os desertores do nazismo foram os que “[...] se perguntavam em que medida seriam capazes de viverem em paz consigo mesmos depois de terem cometido certos atos”. Viver e ser sincero consigo mesmo, sem escusas, auto enganos, arbitrariedades e subterfúgios, é um obstáculo à maldade, pois salvo a perversidade, o homem guarda em si, seja em função da razão, de alguma cultura imemorial, dos neurotransmissores ou hormônios, das vidas anteriores ou de Deus – quando se escusa de se posicionar – a tendência de agir corretamente ou, ao menos, de não ser mal.

56 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009, p. 559.

57 – ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. Tradução de Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

58 – *Ibid.*

59 – *Ibid.*, p. 458.

60 – *Ibid.*

61 – ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. Tradução de Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 107.

62 – ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. Tradução de Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 107.

Hans Castorp pensa: “Quero ser bom”⁶³, ao refutar tanto a teoria de Naphta, como a de Settembrini: “[...] um é lascivo e perverso, o outro só sabe tocar a corneta da razão, convencido de que é capaz de chamar os seres mais loucos à razão”.⁶⁴ Mas se a bondade não é fleumática e irresponsavelmente fatalista pela crença na perfeição de uma vontade superior, tão pouco é fria, insensível ao sofrimento alheio, intolerante pela incapacidade de “[...] olhar qualquer coisa do ponto de vista do outro”.⁶⁵

A bondade, percebe Hans Castorp, exige a responsabilização de si e a piedade n’alma, demanda o amor, já que “[...] só ele, e não a razão, pode resultar em pensamentos bons. A própria forma nasce do amor e da bondade: a forma e as boas maneiras de uma comunidade sensata e afável e de um Estado belo e humano”.⁶⁶ O amor, por sua vez, é importante que se o conceitue, é o sentimento de apreço, da empatia, da “simpatia para com a vida orgânica”⁶⁷, cujo cuidado e respeito decorrentes impele, inevitavelmente, à bondade. Isso não se dá com a lógica racional e nem com o fatalismo místico: “[...] entre o humanismo retórico e a barbárie analfabeta, se encontra aquilo que designamos por humano”.⁶⁸ Baldados são os esforços, percebe Castorp, de se alcançar a bondade nos extremos da ação ou da obediência, antes, a bondade reivindica o pensamento que parta da simpatia para com a vida orgânica.

O amor, como precondição ao pensamento, abraça o princípio moral da reciprocidade, profundamente arraigado na cultura hebraico-cristã por diferentes fórmulas, conforme ressalta Hannah Arendt:⁶⁹ “‘Ama o teu próximo como a ti mesmo’, ‘não faças aos outros o que queres que façam

63 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009, p. 559.

64 – *Ibid.*, p. 558.

65 – ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 60.

66 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009, p. 559.

67 – *Ibid.*, p. 681.

68 – *Ibid.*, p. 590.

69 – ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. Tradução de Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 140.

a ti', e, finalmente, a famosa fórmula de Kant: 'aja de tal maneira que a máxima da tua ação possa se tornar uma lei geral para todos os seres inteligentes'". Todos esses são mandamentos de reciprocidade e coerência que simbolizam a simpatia pela vida e que iluminam o discernimento humano do bem, ainda que em época de mutação na qual se parecem perdidos os conceitos, hábitos e significações até então utilizados como os parâmetros assentados do julgamento.

Fez bem, Hans Castorp, em suspeitar da lógica e do fatalismo místico, da ideia e da ideologia, como bons guias para se chegar a uma boa comunidade e a um bom Estado: em uma época em que as pessoas se aguerriam com teorias e diferentes filosofias, no propósito de se posicionarem por entre as concepções antigas e contemporâneas que conflitavam no final do século XIX e no começo do século XX. Neste período, pouco restava do olhar para o outro, do reconhecimento a todos de uma igual dignidade que advêm de uma forma específica da vida orgânica.

Na desordem que se tinha, por entre os escombros de um mundo caduco e o esboço de um mundo novo, a ideologia era a esperança de lucidez que prometia alguma segurança e previsibilidade, que tanto gosto dão ao medo, quando em tempos de desamparo. Não apenas a ideologia fora a promessa de segurança em uma época em contínuo movimento e de estrutural indefinição: o seu extremo oposto, a personalidade, também o foi. Por mais este aspecto, as contribuições da obra "A montanha mágica" mostram-se não apenas elucidativas de uma outra época, mas também do período atual, no século XXI.

5. O terceiro antagonista: a Personalidade

Hans Castorp, após um exercício de escuta, pensamento e reflexão, consegue concluir que nem a ideologia é suficiente para a construção de uma boa comunidade e de um bom Estado: para tanto, a base é o amor, esta simpatia pela vida orgânica, que dota o homem de boa vontade para ver o outro pelo ponto de vista do outro. Mas Castorp ainda não havia esgotado a sua fonte de descobertas. Se, em um primeiro momento, per-

cebeu que os hábitos familiares são obstáculos a uma vida genial e, no segundo, que a ideologia ensurdece o pensamento e gangrena o amor, não sendo, portanto, garantia à estruturação de uma boa comunidade e de um bom Estado, por último, se fascina pelo poder da “personalidade”.

Depara-se com a personalidade na figura de Peeperkon, um holandês, companheiro de viagem de Clawdia – seu amor reencontrado. Clawdia saíra do sanatório, e a ele retornou acompanhada deste homem alto, imperativo, seguro, superior, simpático e ininteligível. Ao falar, ele “[...] servia-se muitas vezes das mãos. Esboçando gestos grandiosos, que prendiam o interesse, os movimentos subtilmente diferenciados, cuidadosos, precisos e requintados de um maestro”.⁷⁰ Assim Peeperkon se apresentava e se fazia presente, “[...] retendo, refreando, reclamando atenção”⁷¹, ainda que vazio de conteúdo, que das suas palavras nada se compreendesse e que tampouco tivesse a pretensão de fazer-se compreender e impor por sofisticadas ideias.

Hans Castorp fica fascinado pelo fascínio geral por este homem, cuja “[...] fronte mostrava-se tão poderosa e incontrovertida, a fisionomia e os gestos eram tão decididos e penetrantes, tão expressivos”, que os que lhes prestavam atenção ficavam “[...] convencidos de ter bebido palavras de uma importância vital”.⁷² O argumento seria substituível pela estética, percebe Castorp: “[...] o talento está acima da estupidez e da inteligência, o talento é, por si mesmo, um valor vital”.⁷³

Surge assim a percepção de que o discurso pretensamente racional não é o único elo a ligar as pessoas, que existem outros, talvez mais poderosos, posto que mais fáceis, indulgentes, divertidos e hedonistas – como a estética, fascina e diverte Hans Castorp. Mesmo tendo em Peeperkon o atual companheiro da sua amada, Castorp não consegue se afastar desta

70 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009, p. 622.

71 – *Ibid.*, p. 622.

72 – *Ibid.*, p. 623.

73 – *Ibid.*, p. 663.

personalidade de talento, que reúne em si qualidades tão relevantes ao fascínio: despretensão, superioridade, a promessa de uma vida genial.

A promessa de uma vida genial, livre e hedonista, vem acompanhada da prodigalidade de um homem que se põe acima dos demais, seja pela gesticulação, pelo porte, pela ininteligibilidade e pela generosidade com a qual investe o seu dinheiro para o prazer alheio. Em uma noite comum, sem qualquer premeditação, improvisa uma festa, atordoando a cozinha com sucessivos pedidos de bebida e de iguarias para todos os que se encontravam reunidos após o jantar. Como resultado, todos restaram embriagados, até a personalidade, mas que, superior como é, ainda assim não se fez ridícula, pois “[...] não havia, uma vez mais, nada de humilhante ou de vergonhoso na sua embriaguez”.⁷⁴

Enfim, a personalidade está acima do ridículo, da inteligência e da estupidez; é boa por si mesma, e possui valor em si. Esta promessa de libertação hedonista, da expiação, que alicia os prometidos pela genialidade, mas não se estende ao todo, cria um vínculo estético entre a personalidade e os seus sequazes que se forma mediante uma estrutura de autoridade: a personalidade supre os “comuns” dos prazeres clássicos da vida, promete aos “condenados” a libertação. Mais do que salvamento, a personalidade penhora a expiação. Referido elo que prescinde do argumento e que se estabelece esteticamente, por gestos, encenações e deslumbramento não fora apenas uma metodologia de convívio social, comum à sociedade dos salões do final do século XIX, mas também uma nova forma de se realizar a política.

No propósito de encontrar uma alternativa à democracia liberal e ao comunismo, o fascismo se apresentou particularmente eficiente no controle das massas, ao incorporá-las ao governo, ou seja, ele “[...] existia mobilizando massas de baixo para cima”.⁷⁵ Assim o fez mediante a cons-

74 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009, p. 640.

75 – HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 121.

trução de uma relação estética identitária entre a massa popular e o líder: “a estética foi um aspecto fundamental da sua política”.⁷⁶

A experiência fascista era “[...] centrada num conjunto de rituais e espetáculos políticos que procuravam objetivar a teoria fascista e baseá-las em experiências vividas”.⁷⁷ Mais do que o argumento, o definitivo era o sentimento do pertencimento e da incorporação ao arquétipo de um povo monolítico representado pelo líder: assim se prometia viver a democracia e expurgá-la da corrupção da política que era óbice à sua experimentação.

O liberalismo corrupto leva então à compreensão de que “[...] a legitimidade não está nas instituições parlamentares, mas diretamente no ‘povo’ ou na ‘nação’ – e num movimento minoritário de voluntários que viria a representar o povo organicamente”.⁷⁸ Chega-se, assim, ao estranho casamento entre a ditadura e a democracia. A ditadura, ao prescindir dos órgãos políticos de representação, que se mobilizam por interesses próprios e não do povo, e ao implicar o governo pelo líder que incorpora um arquétipo concebido monoliticamente do “povo”, é apresentada como o caminho para a realização do ideal da democracia direta: essa fora a alquimia do fascismo, a alquimia que se realiza pela estética da personalidade.

A estética, por sua vez, é uma razão que prescinde da racionalidade, da responsabilidade do homem de racionalmente reconhecer as razões adequadas à sua ação. Ou seja, a estética é uma razão não racional que desresponsabiliza o homem de ser pessoa. Por isso, como sistema político, é um sistema puramente irracional, que subverte o que até então tem servido dos elementos tradicionais da continência humana. Neste cenário, Mann⁷⁹, profeticamente, teoriza a personalidade e o novo vínculo humano que, apegado ao entorpecimento e à expiação, prescinde da racionalidade,

76 – FINCHSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. Tradução de Jaime Araújo. Lisboa: Edições 70, 2019, p. 70.

77 – *Ibid.*, p. 71.

78 – MANN, Michael. *Fascistas*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 178.

79 – MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução de Gilda Lopes Encarnação. 6ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2009.

do pensamento e do julgamento ao explorar a natureza tribalista imemorial da animalidade humana.

Considerações finais

Conclui-se que o que Mann propõe demonstrar é o desvalor da ideologia e da personalidade como narrativas políticas. Não por menos, o debate entre o “humanista” e o “jesuíta” se resolve (ou não) em um duelo, o que demonstra fina ironia do autor, ao se pressupor que o humanismo e o cristianismo seriam, elementar e essencialmente, comprometidos com a paz. As guerras religiosas do século XVI já haviam demonstrado a incapacidade da religião e da fé, mesmo as que se respaldavam sobre os valores da mansidão e da passividade, para a composição dos interesses, a estabilidade e a paz.

De igual sorte, constata-se que o humanismo profetizado no final do século XIX e no início do século XX não serviu à resolução dos conflitos, uma vez que elaborado pela narrativa ideológica. Mann deixa claro, em sua obra “A montanha mágica”, que o comprometimento com o discurso e com a lógica interna do conteúdo argumentativo, bem como a unilateralidade de considerações que se fecham ao contingente e ao outro, são insuficientes para que se alcance o entendimento e a justiça.

Ou por outras palavras, verifica-se que a fidelidade a um argumento e não ao homem não é suficiente à realização da justiça, que se dá pelo julgamento a partir de fórmulas de reciprocidade – e de não arbitrariedade, que são reconduzíveis a um sentimento inicial de amor à vida, de simpatia por uma determinada forma de composição orgânica, conforme pondera Mann. Sem que se realize o pensamento nestes moldes, ou seja, diante da ausência desta simpatia inicial pela vida orgânica, que se abre à reciprocidade e à visão do outro pelo ponto de vista do outro como critérios do julgamento, não é possível realizar a atividade do diálogo.

Conclui-se, portanto, que Mann denuncia que uma conclusão dialógica não seria possível nos moldes em que Naphta e Settembrini apresentaram os seus argumentos, nenhum se dispondo a ouvir o outro.

Mantinhm-se, antes, no firme propósito de colonização alheia, de maneira que o encerramento possível fora o uso da força: a irreducibilidade ideológica entre o humanista e o jesuíta os leva ao duelo, um momento do livro que mescla pastelão com ironia, no qual a força, antes do terror, passa pelo estágio do ridículo.

Se a ideologia não fora uma narrativa apta à composição ou à acomodação de interesses, tão pouco a personalidade promete durar neste propósito: a substituição da razão, como a identificação racional da causa adequada à ação, por um vínculo estético que promete a expiação, priva o homem de uma das faculdades morais mais relevantes à sua dignidade enquanto pessoa: a racionalidade. O vínculo estético da personalidade, apegado ao entorpecimento e à expiação, prescinde da racionalidade, do pensamento e do julgamento ao explorar a natureza tribalista imemorial da animalidade humana: o resultado, quase duas décadas após a primeira publicação de “A montanha mágica”, fora o fascismo.

Ainda se tivesse empregado a fórmula do pensamento ouriço, que se desenvolve mediante uma cadeia lógica autorreferenciada, impermeável ao contingente e ao diferente, não fora possível a Mann antecipar o fascismo, o que demonstra que a realidade pode ser mais inacreditável do que qualquer distopia possa almejar. A Mann, coube a identificação desta narrativa baseada na estética da personalidade, que prescinde das faculdades racionais e se cumpre na expiação. E já em Mann se tem a conclusão de que ambas as narrativas se mostram inaptas à acomodação de interesses em uma democracia.

Se Mann recorreu ao duelo entre Naphta e Settembrini como conclusão dos seus embates ideológicos, “A montanha mágica” se encerra com a 1ª Guerra Mundial. Mann, anteriormente à narrativa trágica da guerra, se enreda pela narrativa romântica da agência: a superação do corpo pela vontade, assim vibra Settembrini com, finalmente, a decisão de Hans Castorp – e dos demais internos – de abandonar a montanha e descer à planície. Mas a guerra, antes de cumprir a narrativa romântica da agência humana, é o réquiem às suas faculdades morais: ao pensamento,

à empatia e ao amor. É a falência das habilidades dialógicas humanas, fadidamente voltadas ao fracasso se exercidas sob a narrativa ideológica ou a da personalidade. Quase um século após “A montanha mágica”, a babel ideológica não solucionável, mas agravada pela estética identitária, à qual se voltou a recorrer após a ameaça terrorista de 2001, não raro recupera o mito romântico da agência apto a superar a razão pela vontade a se realizar na força.

A terapêutica, ainda permanece a ser a mesma da época de Mann: o tempo do recolhimento e do julgamento, no qual se passam pelo crivo da crítica as idéias, as ideologias e as significações difundidas socialmente, a partir de um sentimento inicial de simpatia com a vida orgânica que leva a ver o outro pelo ponto de vista do outro, a considerá-lo reciprocamente digno de atenção e consideração a si. O pensamento, o tempo e o amor continuam a ser um relevante manancial contra a arbitrariedade e a banalidade do mal: que se regresse à montanha mágica.

Texto apresentado em agosto de 2021. Aprovado para publicação em agosto de 2022.